

## ARTIGO

### “HONRA A DEUS, AMANDO A PÁTRIA”<sup>1</sup>:

NACIONALISMO E EDUCAÇÃO NO EIXO ILHÉUS-ITABUNA (1901-1930)

RAQUEL FREIRE BONFIM

Doutoranda em Educação – PGEDU/UFBA. Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – DFCH/UESC. Integrante do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPHED e do Portal do Bicentenário. Pesquisa financiada pela PROPP/UESC. Contato: [raquelfreire31@gmail.com](mailto:raquelfreire31@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7106-4878>

CÍNTIA BORGES DE ALMEIDA

Doutora em Educação – PROPEd/UERJ. Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação – DCIE/UESC. Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação – PPGE/UESC. Líder do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPHED e Coordenadora Nordeste do Portal do Bicentenário: 200 anos de Escolas Públicas no Brasil. Pesquisa financiada pela PROPP/UESC. Contato: [cbalmeida@uesc.br](mailto:cbalmeida@uesc.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8084-9888>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é abordar as formas pelas quais o nacionalismo circulou entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, procurando construir uma dada memória histórica e difundir uma concepção de civismo que congregasse a lealdade ao Estado-nação, por meio de ritos educativos e discursos manejados para formar o “bom cidadão”. A metodologia adotada é o paradigma indiciário e a análise do discurso. As fontes históricas priorizadas são as edições da imprensa periódica regional. Os resultados demonstram que nacionalismo, civismo e patriotismo eram termos tratados como intercambiáveis acionados como fundamentos de controle e condução da educação popular.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação. Nacionalismo. Brasil República.

---

<sup>1</sup> Primeiro dos 10 mandamentos cívicos do nacionalista Coelho Netto, divulgados na imprensa local de Itabuna em 1920 (Doc.: Mandamentos..., 1920).

**“HONOR TO GOD, LOVING HOMELAND”:  
NATIONALISM AND EDUCATION ON THE AXIS ILHÉUS-ITABUNA  
(1902-1930)**

**ABSTRACT:** The aim of this article is to address the ways in which the nationalism circulated between the cities Ilhéus and Itabuna, looking to build certain historical memory and spread a concept of civic spirit that brings together loyalty to the nation-state, through educational rites and discourses designed to form the “good citizen”. The methodology adopted is the evidentiary paradigm and discourse analysis. The prioritized historical sources are editions of the regional periodical press. The results shows that nationalism, civic spirit and patriotism were terms treated as interchangeable used as fundamentals for controlling and conducting popular education.

**KEYWORDS:** History of Education. Nationalism. Brazil Republic.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2026v85p290-316>

Recebido em: 30/06/2025

Aprovado em: 16/10/2025



## Introdução

Em 1930, antes que espoucassem as notícias sobre o golpe de Estado de Getúlio Vargas na capital do país, Gomes Winther, paulista de origem e residente em Itabuna há dois anos, aceita sair de seu descanso como jornalista, a pedido do amigo e “intelectual” Nelson Schaun, para cumprir uma missão: escrever cartas semanais ao *Correio de Ilhéos*, com as notícias sobre a cidade vizinha, Itabuna (Winther, 1930, p. 2).

Winther, como um bom “operário da inteligência” – termo com o qual ele designava os jornalistas – aceita a tarefa, considerando-a um meio de cimentar a união entre as duas cidades, as quais, além da proximidade física, possuíam uma mesma “finalidade histórica” e um papel econômico comum (idem).

Essa não era a primeira vez que intelectuais da imprensa nesta região do sul da Bahia travavam essa troca epistolar pública, destinada a compartilhar os rumos que ambas as cidades tomavam. Em 1902, sob o pseudônimo Josilma, alguma cidadã (ou cidadão) letrada escrevia para a *Gazeta de Ilhéos*, contando o que transcorria na velha Tabocas – nome anterior à emancipação da localidade de Itabuna do território de Ilhéus. No mês de junho daquele ano, uma das preocupações expressadas dizia respeito à instrução pública. Em particular, a um professor chamado Pedro Marques. Na sua “Carta de Tabocas”, a articulista reclama a demissão de Marques, um alfaiate que estaria ocupando o cargo de professor primário, “um pobre homem que também precisava ainda de frequentar a escola primária” (Carta..., 1902, p. 1). Tomando-o como um ignorante, a autora atribui o cargo conseguido por ele a favores políticos e se justifica: não odeia Marques, mas faz o apelo de sua demissão pelo bem da instrução pública, a única que poderia, em suas palavras, “rehabilitar-nos, dando-nos o direito de sermos considerados um povo civilizado [sic], o que somos somente por méra[sic] presumpção e ignorante vaidade” – alcançar a civilização seria, nessa lógica, “o ideal de todos os povos” (idem).

Neste documento, notamos a circulação de ideias que se relacionavam ao projeto republicano: primeiro, a preocupação em expandir a educação popular, fazendo com que ela fosse conduzida por profissionais formados, especificamente, para a função docente; segundo, o ideal de

formação humana que fundamentava essa expansão, isto é, um ideal civilizatório que se baseava em uma visão de história na qual as sociedades se dispunham entre evoluídas e atrasadas, achando-se o Brasil no número das últimas. De acordo com Mírian Silva e Cíntia Almeida (2023), os projetos educacionais pensados a partir do século XIX e intensificados no século XX, sob a insígnia da organização e da expansão escolar, caminharam “no sentido de ordenar a população brasileira mais pobre, civilizar para tornar-se moderno” e, nesta tarefa, “seguiram parâmetros europeus e tornaram-se mais evidentes após a independência do país, já sendo pensados para formar e fortalecer o Estado-Nação” (p. 43).

Evidenciando essa projeção da sociedade em forma nacional, a fonte exposta demonstra a circulação de discursos baseados no evolucionismo social e nas premissas nacionalistas, entre um plano mais geral e o espaço regional. Nesta direção, percebemos que, ao traçar um projeto para o país independente, o redator de um importante jornal baiano, o *Semanário Cívico*, ainda no século XIX, defende a ideia de infundir o “amor à pátria” nas crianças através das aulas de primeiras letras (Silva e Almeida, *op. cit.*, p. 45), ainda que com as diferenciações contextuais necessárias. Ao se visualizar o nacionalismo brasileiro dos oitocentos faceamos um nacionalismo romântico, de inspiração nativista, mas que, na Bahia, já mobilizava elementos que continuariam a ser apropriados nas décadas seguintes, a exemplo da descrição épica de acontecimentos históricos selecionados, a exaltação da luta armada e a idealização romântica envolvida na definição de heróis e na concepção de povo (Lima, 2023). “Neste contexto, valores como a lealdade e o patriotismo passaram a ser priorizados em detrimento dos valores universais”, analisa Carollina Lima (*ibid*, p. 9). Esse será um aspecto definidor do projeto educativo republicano no início dos novecentos também, com a diferença de que, sob o novo Estado, aos aspectos do nacionalismo nativista se interpõem as formulações positivistas, higienistas e eugênicas, características que marcaram as políticas educacionais em diversos outros países na América Latina e fora dela.

Como enfatiza o historiador Carlo Ginzburg (2021), ao reduzirmos a escala de análise para responder a determinadas questões de estudo, é preciso manter uma problemática capaz de ligar-se com implicações de processos sociais que possuem repercussões mais amplas do que somente a

realidade local. Esta, em suas singularidades, pode, porém, esclarecer aspectos que se escondem sob uma aparência de banalidade e reiniciar indagações sobre o nosso presente.

Destacando este aspecto, nossas pesquisas apontam a influência do imaginário político mais geral da época, cunhado nesses valores de lealdade e patriotismo também no sul da Bahia. Existia, ao lado dessa constatação, porém, uma relação simbólica, própria, de união entre Ilhéus e Itabuna que os jornalistas tentavam construir discursivamente, através de um circuito regional de trocas.

No trânsito entre instituições e na circulação de sujeitos e imprensa, as duas cidades partilhavam ideias e práticas conectadas com os dados do contexto observável em outras unidades do país, procurando vincular seu desenvolvimento econômico com o projeto da sociedade nacional. No caldo ideológico da Primeira República brasileira, o nacionalismo foi, justamente, um dos aspectos mais sensíveis nesse tocante, a conduzir tanto uma campanha de educação mais geral, destinada a fixar o Estado republicano como ente de administração da coletividade e a nacionalidade como traço definidor das identidades coletivas, quanto um processo de expansão do sistema escolar de ensino (Valle, 1997).

Considerando essa dimensão histórica e a reascensão nacionalista em nossos dias, notamos as semelhanças entre os projetos do passado e do presente, para ponderar as possíveis consequências desse tipo de discurso, sobretudo, para os grupos mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, necessitamos nos tornar capazes de distinguir os traços modificados no significado desses módulos de enunciação pela passagem do tempo (Ginzburg, *op. cit.*).

Destarte, o objetivo deste artigo é abordar as formas pelas quais o nacionalismo circulou entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, procurando constituir uma dada memória histórica sobre o país e difundir uma concepção de civismo que congregasse a lealdade ao Estado-nação, por meio de ritos educativos e discursos manejados, como princípio de formação do “bom cidadão”.

Para isto, começamos por mapear conceitos e significados, identificando os sentidos atribuídos a palavras como nacionalismo, civismo e patriotismo; a seguir, investigamos as narrativas sobre as datas comemorativas, distribuídas pelos jornais segundo uma ordem de

prioridades e, por último, rastreamos algumas festas cívicas, visualizando as práticas que nos ajudem a vincular esses ritos à ideologia que os motivava. O recorte eleito para este trabalho diz respeito a um período-chave na consecução desses discursos políticos no Brasil – a Primeira República, cuja produção intelectual será reutilizada nas décadas posteriores. Além disso, as balizas 1901-1930 remetem ao período documentado pelas fontes que adotamos. Priorizamos, para responder às nossas questões de pesquisa, a imprensa periódica local, por sua disponibilidade no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) e por reconhecermos que, no período histórico estudado, a imprensa não era, somente, uma mídia comunicacional transmissora de informações estéreis. Localizando-se sua difusão social no bojo do projeto iluminista, focado em transformar as mentalidades; no período em apreço, ela era uma estratégia que constituía e interferia na cultura, assumindo, assim, um papel educativo (Silva e Almeida, *op. cit.*).

Metodologicamente, seguimos o detalhe como caminho (Ginzburg, 2021) e compreendemos os discursos como parte do dispositivo de poder capitalista, que se espalha por toda a sociedade e procura se afirmar através do desejo de verdade, expresso em categorias de saber, fabricadas para reforçar o poder disciplinar (Foucault, 2021).

### **Uma arqueologia<sup>2</sup> dos significados: nacionalismo, patriotismo e civismo no interior da Bahia**

Em 1913, um dicionário de Língua Portuguesa, que circulou durante um tempo considerável no Brasil, propunha os seguintes significados para as palavras civismo, patriotismo e nacionalismo, respectivamente: a) “dedicação ao interesse público; patriotismo”; b) “Qualidade de quem é patriota. Amor à Pátria”; e, c) “*Neol. Patriotismo*” (Figueiredo, 2010, p. 456, 1358, 1497). Salta dessas definições, em cotejo, o aspecto das fronteiras porosas entre o sentido que, na década de 1910, se podia atribuir a esses enunciados

---

<sup>2</sup> Usaremos o termo arqueologia com base nas condições históricas da possibilidade do saber. Em diálogo com Michel Foucault (2005), a arqueologia pode ser relacionada aos problemas de método, concebendo a prática da história, não seguindo em direção a uma objetividade, mas compreendendo as condições históricas de possibilidade do saber a partir dos rastros que os homens tenham podido deixar na produção dos documentos. A arqueologia é uma modalidade de análise do discurso.

discursivos. Civismo poderia ser lido como patriotismo e o nacionalismo era encarado como um neologismo para a ideia de patriotismo.

Muitas décadas mais tarde, a historiografia elencou o nacionalismo como a categoria analítica, própria às ciências sociais e humanas, para designar esse processo político onde a ideologia do Estado-Nação se espalhou como fundamento para a criação de um novo tipo de Estado e uma nova consciência coletiva pautada em uma “comunidade política imaginada”, onde se prega uma unidade cultural e linguística, como também sustenta “a soberania dessa formação” (Anderson, 2008, p. 32). Sem a difusão nacionalista que, defendemos, dependia da propagação de ideias como civismo e patriotismo, o alcance dessa crença política estaria bastante limitado. Entretanto, sabemos que, em alguns casos, fez-se questão de distinguir, separando patriotismo e nacionalismo (Pamplona; Doyle, 2008), como fenômenos autônomos – diferenciação motivada, na maioria, pelo papel que os nacionalismos desempenharam na libertação do mundo colonial e sem que essa separação tenha a ver com a distinção necessária entre conceitos de análise e conceitos aparecidos na experiência histórica.

Consideramos essencial, ao exercício historiográfico, a evidência e a percepção que se estabelece entre nossas categorias de estudo e os sentidos que os próprios sujeitos, no passado, atribuíam às palavras que utilizavam (Ginzburg, *op. cit.*). Nessa tarefa, muitas vezes, o que as nossas fontes mostram pode se chocar com os esquemas pré-dados pela teoria. O exemplo do documento acima nos mostra uma situação interessante nesse tocante: um dos responsáveis por coligir uma obra onde se deve descrever qual significado atribuir a certos termos, quando se tratava de abordar civismo, patriotismo e nacionalismo os aproximava tanto que era possível quase tratá-los como passíveis a sinonímia<sup>3</sup>. Mas, se podemos afirmar que as realidades regionais impõem singularidades à recepção e reprodução de imaginários políticos, passamos a nos perguntar se essa proximidade de

---

<sup>3</sup> Considerando as unidades do discurso articuladas ao entendimento de arqueologia, podemos considerar o movimento do autor do dicionário pautado na arqueologia negativa, que suspende, em um determinado contexto, categorias ou conceitos através dos quais se diversifica e se conserva o tema da continuidade a partir da noção de tradição. Ela nos permite analisar em toda mudança, em toda novidade um fundo permanente, estabelecendo encadeamento e se fundamentando na permanência de conceitos determinados (Foucault, 2005).

sentidos também se verificava nos meios de comunicação da realidade regional no eixo Ilhéus-Itabuna?

No início do século XX, essas duas cidades se tornaram relevantes no cenário estadual e alcançaram até certa visibilidade nacional, devido ao enriquecimento proporcionado pelas exportações de cacau. Esse afluxo de dinheiro gerou diversas transformações urbanas e um fluxo considerável de migração. Tais fatores impactaram o contexto educacional local.

“O Intendente Municipal e seu grupo de apoio, em nome do controle social, da civilidade e da modernização, empenhou-se em estender a oferta do ensino público na cidade de Ilhéus e em seus distritos”, conta Cristiane Santos (2022, p. 3), acrescentando: “Nesta Ilhéus republicana e que se pretendia moderna e civilizada, formou-se uma numerosa elite intelectual migrante, vindo estabelecer-se na região”, atraída pelas oportunidades de emprego (Idem).

São exemplos dessa intelectualidade migrante muitos professores que vinham assumir escolas na cidade, como o professor Deoclécio Silva, estudado pela professora citada, e o jornalista Gomes Winther, referido por nós na introdução deste trabalho. Essa elite intelectual migrante atuava na imprensa e ajudava a difundir os princípios políticos que legitimavam a ordem estabelecida.

Raimunda Assis (2006), estudando o processo de implementação e expansão da educação escolar em Itabuna, revela que, diante do crescimento econômico, “a inexistência de um quadro intelectual para pensar a sociedade e ocupar adequadamente os cargos administrativos e técnicos” era uma preocupação alardeada pelas autoridades da cidade (Assis, 2006, p. 118).

Daí, o bloco dirigente, com o apoio dos partidos políticos (...), buscava fortalecer as suas bases políticas com a participação de intelectuais que vinham de outras regiões, principalmente, de Sergipe e de Salvador, na perspectiva de imprimir um novo ritmo de desenvolvimento ao município e, por outro lado, formular o projeto político-ideológico local (Idem).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A contribuição da autora para a história da educação regional é importante, porém, devemos ressaltar que, devido ao contexto de produção, mas também à perspectiva da historiografia da educação utilizada, a obra produz lacunas e reproduz estereótipos que foram, posteriormente, revistos pelo campo, como é o caso da afirmação de que pessoas negras não iam à escola no período das primeiras décadas republicanas.

Em meio a essas transformações, as duas cidades<sup>5</sup> procuravam se conectar com as ideias circulantes nas capitais administrativas. Transmitem uma série de valores, conceitos e práticas públicas associadas ao republicanismo, utilizando largamente a imprensa e a escola como meios de difusão. Diante das fontes pesquisadas, percebemos que o nacionalismo era um tema frequente, aparecendo, às vezes, designado diretamente por essa nomenclatura; em outras, tratado através das suas categorias subsidiárias.

Começamos pela palavra-base da qual deriva o termo nacionalismo, a saber: nação. No dicionário de Figueiredo, a palavra ainda não parece como vocábulo independente, em 1913<sup>6</sup>. O que se acha é o significado da palavra pátria, descrita por ele tanto como o local de nascimento, quanto como a nacionalidade do indivíduo (Figueiredo, 2010). Não é que, na época, já não se referisse aos territórios mundiais com suas divisões enquanto nação; a questão, nos parece, era que definir pátria parecia suficiente para o autor, uma vez que ela poderia significar, igualmente, a nacionalidade do sujeito. Na imprensa regional, entre Ilhéus e Itabuna, se vê que “pátria” também era o termo em maior circulação quando se tratava de referir a essa entidade fictícia, onde se nascia e com a qual se deveriam desenvolver laços emocionais, além de uma identificação coletiva (Anderson, *op. cit.*). Essa aproximação que fizemos entre um conceito historiográfico de nação e a noção de pátria, sustentada no início do século XX, permite suspeitar que o sentido atribuído à última ideia acabou subsumido na concepção de nação que, por sua vez, passou a ser a categoria analítica adotada pela pesquisa histórica e social, havendo uma certa similitude entre o sentido cultural que Anderson (2008) propõe e o que os sujeitos-protagonistas de outro século (Ginzburg, *op. cit.*) queriam fixar como sendo o significado de pátria. Entretanto, a diferença fundamental é que ao pesquisador britânico estava evidente a necessidade de demonstrar a ligação entre a difusão desse *logos*

---

<sup>5</sup> Entenderemos as cidades a partir de duas dimensões: de território como uma noção geográfica, mas também como um campo, nos termos político-estratégicos, de modo a captar um conjunto complexo constituído por homens em suas relações e nexos, seus entrelaçamentos com as coisas, com a coexistência dos homens em um território, suas relações de propriedade, designando um conjunto de regramentos para “assegurar” a ordem em uma cidade e/ou um poder, ainda que discursivo, sobre os indivíduos (Foucault, 2012).

<sup>6</sup> O termo “nacionalidade”, em específico, aparecia no dicionário; igualmente o adjetivo “nacional”. Dentro dessas outras definições é que a referência à nação se insere, daí porque dizemos que nação não aparece como vocábulo **independente**.

e a instauração do sistema capitalista, tendência seguida por outros historiadores.

Consideramos, ainda, a principal função que essa ideia-núcleo de pátria desempenhava nesse início do século XX. Consiste na proposição de uma lealdade política, expressada em formas de comportamento regulado (Foucault, 2021), que era chamada, à época, de patriotismo. Em 1918, sob o título “Para as creanças”, o jornal ilheense *O Commercio* reproduz um texto de João do Rio que carrega a seguinte conotação de pátria:

Pátria é a terra dos nossos paes, (...) é a razão de ser da nosso [sic] vida (...). **Nenhum homem discute seu pae ou sua mãe. Eles são sempre bons, eles devem ser amados e defendidos** (...). Assim, a Pátria é uma vasta família – é o bem comum que todos preservam e querem maior (Para as..., 1918, p. 1, nossos grifos).

Examinemos as partes constituintes desse discurso. A princípio, o próprio título nos fornece uma pista – mesmo se tratando de um jornal de circulação mais geral, normalmente, consumido pelos adultos –, que o texto se destina ao público infantil. Não somente porque o autor nomeia os infantes na chamada, mas porque a linguagem também o denota, visto que o texto é feito com frases mais curtas, diretas e simples, renunciando a termos rebuscados ou sentenças muito complexas. É preciso lembrar que a difusão do nacionalismo e do Estado-Nação dependem diretamente da sua absorção pelos jovens e adultos que formam a coletividade e o “capitalismo tipográfico” é condição *sine qua non* para sua eficácia, pois os jornais estabeleciam uma vinculação entre um tipo de mercado e, outrossim, podiam ser consumidos “como uma forma de livro” (Anderson, *op. cit.*, p. 65-66).

Devemos considerar, a esse propósito, que o nacionalismo, em suas formas de patriotismo e civismo, incluía um conjunto de enunciados que se colocam como verdade e, apreendido pelos sujeitos em forma de discurso, visavam produzir uma autorregulação do comportamento, visível na adaptação dos corpos e sua sujeição por meio de construções que são, em sua origem, simbólicas, anunciadas por quem é visto como autoridade nesse terreno, comumente, marcado como intelectual (Foucault, *op. cit.*).

Reencontraremos, na fonte acima, os grifos marcados. A associação entre a pátria e a entidade familiar não é casual. Observe-se que a função

dessa aproximação simbólica se mostra quando o autor anuncia que os pais não devem ser contestados porque são **sempre** bons. Ajuntemos, então, os fios: Benedict Anderson (2008) argumenta que a nação é concebida como sendo os fortes laços a ligarem os indivíduos (pai e mãe) a esse “organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo” (ibid, p. 56) (no documento, o uso do “sempre”), ao qual se deve prestar uma lealdade irrestrita, independente das injustiças perpetradas no interior de suas fronteiras (não devem ser contestados). Em nossa acepção, esse tipo de paralelo é uma ferramenta para a eficácia ideológica do nacionalismo: tornar a concepção burguesa de pátria ou nação capaz de ser introjetada intelectual e emocionalmente, de modo a obstaculizar a consciência da exploração experimentada cotidianamente. Acrescentamos que essa associação com a família, a ideia de pátria-mãe atravessa a Primeira República e pode ser verificada em outros períodos da história brasileira, querendo significar tanto uma simbolização de uma ideia política, quanto uma referência a configurações familiares pré-determinadas (padrões estéticos branco-europeus; constituição baseada em pai, mãe e filhos) (Santos, 2023). Com essa ligação estabelecida, a intenção é estimular o desenvolvimento de uma afetividade por aquela criação que é a pátria, a resultar no culto dessa entidade simbólica.

Assim, não bastava dizer o que era a pátria, era necessário cultuá-la, amá-la e essa prática deveria ter alguma incidência sobre a formação escolar. No mesmo ano da publicação de João do Rio, reproduzida nas terras do cacau, o *Jornal de Ilhéos*, no plano político da cidade, um órgão opositor ao *O Commercio*, comunicava ideias semelhantes quando se tratava de pátria. No mês de julho, publica um texto no qual podemos coletar os indícios de vínculos entre patriotismo e civismo no contexto analisado. Primeiro, reitera-se o caráter emocional envolto nessa concepção: “Quem não leu, quem não tem de côr, o fagueiro pedaço – ‘o amor da patria’ – tão profundamente poético, (...), tão sentidamente emocionante?” (O patriotismo, 1918, p. 2). Logo depois, podemos conferir dois outros aspectos que são sintomas das relações que o nacionalismo procurava fazer com a educação popular e a fixação ideológica: “**A popularização [sic] do ensino cívico é uma exigência do culto da pátria.** Deve ser uma preocupação de todos os instantes, idéa fixa a dominar com império” (idem, nossos grifos).

A ideia de culto tem a ver com as afinidades do nacionalismo, em suas origens, com a religião, embora se deva reconhecer que a nação é concebida a partir de uma concepção de tempo diferente daquela que anima o imaginário propriamente religioso (Anderson, 2008). Étienne Balibar (2021) reforça essa avaliação, sustentando que “a ideologia nacional comporta incontestavelmente significantes ideais (...) pelos quais podem ser transferidos o sentimento do sagrado, os afetos (...), (...) [o] temor (...), mas a transferência somente ocorre porque se trata de *outro tipo* de comunidade” (p. 139, grifos do autor). Ou seja, uma comunidade secular, incrustada no projeto de modernização da sociedade. Dentro desse projeto, o culto da pátria, traduzido como patriotismo, não podia ser pensado apartado de uma ideia de educação cívica, afinal, a própria fonte denuncia: o ensino cívico deveria alcançar o seu fim principal (ser popularizado) elevando-se a uma ideia fixa, quer dizer, efetivando uma reiteração constante, capaz de provocar a repetição pelos sujeitos. Para isso, não havia melhor meio do que a escola.

Não é à toa, portanto, que uma das autoridades do ensino municipal de Ilhéus tenha elevado a princípio fundamental da instrução pública, a educação cívica das pessoas. Em 1921, o delegado escolar Enoch Carteadado, em seu relatório divulgado pela imprensa, conclui suas observações sobre as escolas do município, enfatizando a instrução como uma luz que forma a consciência. A isso, acrescenta: “Ella [a instrução] é o vehiculo mais fácil que nos dá acesso a perfeita educação moral e cívica” (Carteadado, 1921, p. 2). A esse propósito, lembremos que uma das finalidades da difusão do nacionalismo é, justamente, possibilitar ao Estado nacional “fabricar a consciência popular” (Balibar, *op. cit.*, p. 139) e, nesse sentido, a instrução pública, em seus currículos e práticas, manteve durante um tempo considerável a educação cívica como a sua principal finalidade sociopolítica (Souza, 2009).

Ao procurar discutir esses termos, não pretendemos postular uma origem sagrada, que acorrente todo o desenvolvimento posterior desses enunciados políticos. Estamos situando-os em determinada trama histórica. O que pensamos ao realizar essa espécie de escavação das palavras é perseguir o trilho pelo qual determinados saberes, categorias discursivas, domínios de produção do conhecimento, são constituídos, historicamente, a partir dos detalhes meticulosos que entrelaçam esses sistemas com as

relações de poder (Foucault, 2021). Tratando-se da sociedade brasileira, ao procurarmos os significados atribuídos às ideias políticas de pátria/nação e seus derivados em termos de comportamento esperado, é preciso destacar junto da formação de uma mão-de-obra nacional adaptada ao trabalho de extração capitalista, as pretensões raciais do ideal de nacionalidade.

No eixo Ilhéus-Itabuna, a partir da década de 1920, já aparecem matérias que procuram definir a categoria do nacionalismo, nomeadamente. Nela, se podem indicar dois aspectos, de pronto: a aproximação entre a definição de nacionalismo e a ideia de patriotismo, como devoção à nação e sentimento de lealdade; assim como, a preocupação em afastar determinadas concepções de nacionalidade baseadas em grupos étnicos não-brancos, enfatizando as distinções entre os grupos sociais.

Transcrita de um jornal do Rio de Janeiro<sup>7</sup>, uma matéria do periódico itabunense *A Época* é capaz de nos oferecer alguns indícios para essa observação. A matéria exalta as virtudes brasileiras, através do exemplo dos poetas, inventores e políticos. Defende que o brasileiro seria um novo tipo, mas frisa que no estudo do “coeficiente pessoal” desse povo se deveria considerar “quanto possível, as distinções de raça e de meio”; é da opinião que houve um culto exagerado ao “caboclo” como representante da nacionalidade (Nacionalismo, 1920, p. 2). Quanto ao significado da palavra nacionalismo, ela se expressa da seguinte maneira: “Se um sentido aproximado se póde [sic] dar a esta expressão, tão frequentemente usada, mas tão pouco definida, é que se deve entender como tal a defesa do conjunto dos nossos valores nacionaes para constituir **um principio de acção política e um motivo de entusiasmo individual**” (Idem).

Tratando do assunto, Jerry Dávila demonstrou que “Quase todo o problema nacional possuía um subtexto racial: as subclasses de raças mistas e não brancas do Brasil eram, segundo a opinião geral, culturalmente atrasadas e, na opinião de alguns, racialmente degeneradas” (Dávila, 2006, p. 52). Desta maneira, a eugenia visava, como produto do racismo científico, promover uma limpeza étnica da população. Em alguns países, optou-se por medidas mais drásticas, como a esterilização forçada, mas, conforme Dávila (2006), no Brasil, a escolha foi por uma limpeza de tipo cultural. Apesar dessa

---

<sup>7</sup> Não foi possível visualizar a autoria e nome do periódico, devido ao estado da fonte.

afirmação do autor, não deixou de haver em Itabuna quem falasse de “arianização”.

Como bem se sabe, o nacionalismo se faz efetivo na imaginação social, por uma campanha historiográfica sistemática, no interior da qual se distribuem narrativas sobre os acontecimentos que teriam, em uma linha do tempo de ascensão retilínea, conduzido à formação do Estado nacional (Anderson, *op. cit.*). Sem esse recurso, ela não é capaz de se legitimar e é, a partir de uma narração deste tipo, que vemos surgir, no interior da Bahia, uma afirmação de cunho racial relacionada à constituição do povo das Américas. Devido à efeméride de “Descoberta da América”, a redação do *Jornal de Itabuna* publica um pequeno texto sobre a data, 12 de outubro, exaltando a figura de Cristóvão Colombo e projetando o que seria, na visão dos redatores, o futuro do continente. Assim se expressa nosso escritor: “A América será o futuro habitat da raça aryana; aqui, ella surgirá mais forte (...) para exercer a missão da confraternidade universal” (A descoberta..., 1922, p. 1). Esse tipo de projeção é característico da ideologia nacionalista, afinal, a nação se afirma como projeto e destino (Balibar, *op. cit.*) e, neste caso, o destino deveria ser “ariano” em todo o continente.

A comemoração das efemérides – o principal ritual associado ao culto à pátria – nos dará a ocasião de ver mais uma vez esse discurso de cunho racial no interior de práticas cívicas. Nosso intuito, explicitado desde o começo, é evidenciar como o nacionalismo se difunde no eixo Ilhéus-Itabuna através dos elos que há entre o civismo/patriotismo, de um lado, e o nacionalismo como ideologia política, de outro. Isto posto, no subtítulo seguinte trataremos das festas cívicas e datas comemorativas, escolhendo episódios que nos auxiliam a vincular a noção de patriotismo com rituais específicos e os componentes ideológicos tratados até aqui.

### **Entre militares, professores, heróis e Igreja: festas cívicas e efemérides**

Em 1901, quando Itabuna ainda não tinha se emancipado do território ilheense, a *Gazeta de Ilhéos* publica uma nota que lastimava a falta de comemoração do 15 de novembro (dia da Proclamação da República) na sede. Dizia o redator: “Passou quasi [sic] despercebida a grande e gloriosa data brasileira, entre nós” (15 de novembro, 1901, p. 1). À época, julgando-se

pelas notícias transmitidas pela imprensa, a comemoração das datas cívicas republicanas ainda não era corriqueira na região e encontram-se poucas notícias que falam desse tipo de celebração. A construção do hábito de exaltação das efemérides e a defesa de sua necessária comemoração pública acontecem, no entanto, desde esses primeiros momentos, quando os jornais das cidades começam a publicar as epopeias históricas que teriam culminado nesses que deveriam ser os marcos históricos da nação.

Dizemos, propositalmente, epopeia porque a figura do herói nessas narrativas foi crucial, conforme a idealização do nacionalismo romântico e, pensamos, a construção do hábito das festas cívicas começa com essa narração pública de acontecimentos históricos selecionados porque compreendemos que o nacionalismo depende da construção de uma memória coletiva, situada no âmbito da história cotidiana que difere da história escolar e da história acadêmica (Carretero, 2010). Para Carretero (2010), esses três tipos de registro histórico são dessemelhantes, mas se relacionam, intrinsecamente, entre si para a formação das identidades. Quando tratamos dos modos pelos quais as efemérides são narradas na imprensa, estamos lidando com a construção da história cotidiana e com a intenção, interessada, de constituição de uma dada memória que possa ser partilhada pela comunidade que se deseja viabilizar política e emocionalmente (Anderson, *op. cit.*). A memória coletiva pode ser definida como:

[uma] comunidade de lembranças ou representações do passado da qual diversos grupos sociais, políticos e culturais se valem para construir os registros da sua genealogia, manter-se no presente e defender-se dos riscos e acontecimentos futuros, tanto em um sentido positivo, quanto negativo (Carretero, 2010, p. 35).

Assim, a imprensa do eixo Ilhéus-Itabuna se preocupou em traçar os contornos da memória da nacionalidade sendo preciso sublinhar que, neste caso, o grupo político que dominava esse tipo de comunicação midiática no período era a elite coronelística, proprietária desses periódicos. Em 1901, na *Gazeta de Ilhéos*, por exemplo, consegue-se identificar, além do já mencionado dia de Proclamação da República, o registro da narração das

seguintes datas comemorativas<sup>8</sup>: 7 de setembro (7 de setembro, 1901); Descobrimto do Brasil (Descobrimto..., 1901) e 13 de maio (13 de maio, 1901). Estas datas se relacionavam com o calendário republicano estabelecido em 1890 (Quadro 1), as quais deveriam, segundo o decreto nº 155, motivar ritos comemorativos (Santos, 2023).

Além destas, havia a menção a uma data considerada, localmente, importante para a história nacional, embora não reconhecida em plano federal como festa nacional. A efeméride em questão, a Independência da Bahia, era considerada uma data fundadora pela *Gazeta de Ilhéos*. “Inaugurou-se então, por assim dizer, a nossa liberdade e creou-se uma nacionalidade” (Dois..., 1901, p. 2). Essa relevância atribuída ao “mais brilhante acontecimento da Bahia” (idem) é uma particularidade regional do estado porque, além de constituir um festejo antigo, inserido nas práticas populares e escolares desde o século XIX, indica “uma identidade nacional específica, implicada com elementos da história local”, mas que, a exemplo da memória republicana sobre as outras datas, não deixava de ser uma “uma memória seletiva” com “omissões acerca da participação popular e das diversas aspirações e agendas políticas” (Lima, *op. cit.*, p. 24-26).

Releva-se o exercício de questionar esses ocultamentos, visto que essas versões históricas nacionalistas foram incorporadas ao fazer escolar e ao imaginário popular coletivo. No tocante ao primeiro aspecto, Mario Carretero afirma que a negação e a destruição das comprovações físicas e simbólicas da existência dos diversos grupos sociais, especialmente os subalternizados, foi o que fizeram “as distintas versões das histórias escolares de cada Estado-Nação (...) – embora a violência se atenuasse devido às suaves, plastificadas e alegres capas ilustradas dos livros escolares” (Carretero, *op. cit.*, p. 20). Quanto ao segundo aspecto, é pertinente lembrar que a história, desde os oitocentos, tinha um sentido muito além do acadêmico, sendo “uma ferramenta cultural organizadora da experiência temporal da vida com a capacidade de fixar identidades” (Ibid, p. 37). Essa função fica particularmente notável por ocasião das festas cívicas – rituais relacionados

---

<sup>8</sup> O periódico em questão estava, significativamente, deteriorado durante o período da pesquisa, portanto, há possibilidade de que outras datas tenham ganhado suas narrativas históricas no jornal, porém, não foram identificadas devido às condições do material.

com as efemérides que misturam ritos militares, práticas escolares e alguns elementos das festas populares (Carretero, 2010).

No início do século XX, no eixo Ilhéus-Itabuna prevalecem as narrativas<sup>9</sup> sobre as datas consideradas fundadoras da nacionalidade e são poucas as festas cívicas concretas identificadas – cenário que se modifica a partir da década de 1910. Nesse decênio, se noticia a realização das festas escolares comemorativas da Proclamação da República (Festas..., 1910) e, daí por diante, as notícias aumentam consideravelmente, proporcionalmente à extensão dos programas comemorativos.

As efemérides mais valorizadas foram aquelas relacionadas à Independência, a julgar pelo comprimento dos festejos e pela forma de transmissão das notícias. Essa, a propósito, é uma característica da leitura genealógica que o nacionalismo faz de si: a “memória da independência”, sobretudo nas Américas, era fundamental de ser mantida para garantir “o belo e despreocupado êxtase” que atualizasse o vínculo entre os membros da comunidade política nacional, desde que a percepção do caráter de ruptura que o acontecimento suscita fosse canalizado em outra direção: a legitimação dos novos governos e Estados (Anderson, *op. cit.*, p. 265-269).

Os documentos pesquisados mostram que nas comemorações desse marco fundacional, pedra angular na difusão do nacionalismo, aparecem elementos que a ideologia nacionalista carregava em sua própria essência. Primeiramente, a relação desses ritos com a difusão do ensino público e com a formação da consciência popular. Segundo Balibar (2021), “Uma formação social só se reproduz como nação à medida que o indivíduo é instituído como *homo nationalis*, desde seu nascimento até sua morte, por uma rede de aparatos e práticas cotidianas” (p. 136). Nesse sentido, é importante lembrar que o Estado capitalista toma a forma de Estado-nação não por ser a única alternativa à disposição, mas porque o Estado nacional se mostra como o mais eficiente para conter a luta de classes em fronteiras controláveis (Balibar, *op. cit.*). Por isso, a preocupação em difundir essas narrativas e ritos em forma de educação popular (escolar e extraescolar), ou seja, injetar esse imaginário político na formação da classe trabalhadora e

---

<sup>9</sup> As narrativas podem ser definidas como a capacidade de “organizar a experiência por meio de relatos”, organização essa que compõe a visão de mundo segundo a qual a realidade exterior e a identidade subjetiva dos indivíduos “se interconstituem, e (...) o afetivo e o cognitivo se acham imbricados ponto por ponto” (Carretero, 2010, p. 209).

dos seus filhos, altamente explorada no período. Em segundo lugar, precisamos destacar que essa tarefa possuía pressupostos que apregoavam um determinado biotipo racial de *homem* nacional. Dizemos *homem* porque havia mesmo uma conotação de gênero tácita na exaltação de virtudes como virilidade e firmeza, relacionadas à masculinidade, quando se abordava o tipo humano representativo da nacionalidade (Dávila, *op. cit.*).

Esses fundamentos foram partilhados em trânsito entre Ilhéus e Itabuna no início do século XX, através das trocas e demonstrações públicas entre instituições e imprensa. Vejamos episódios significativos no trato desses aspectos que permitem remeter as práticas cívicas ou patrióticas à ideologia nacionalista, com as suas implicações.

Em 1916, um jornalista ilheense é mandado a Itabuna para acompanhar e relatar os festejos cívicos pela efeméride da Independência da Bahia. Assinando como “Um assistente”, o informante relata que a comemoração é antecedida pela missa do Sagrado Coração de Jesus. Conta-se que as famílias compareceram à missa, comandada pelo bispo de Ilhéus, convidado do vigário da freguesia itabunense, Mons. Moysés. À festa cívica, se apresentaram as 10 escolas públicas do local e o colégio privado Collegio Cabral, dirigido pelo prof. Euclides Dantas, produtor de um “importante discurso”; também discursam o Intendente, cel. Fonseca Dória, e o advogado Laurentino Senna, orador oficial da sessão cívica. Alunos fazem discursos e recitam poesias. Descreve-se como os estudantes se trajavam, “tendo uma faixa com as cores nacionaes a tiracollo” (Itabuna, 1916, p. 2). “Em outros salões e fora do prédio [Paço Municipal] aglomeravam-se muitos espectadores”, prossegue o jornalista, escrevendo que, após a sessão, sai o préstito “das escolas com os seus estandartes e bandeirolas, acompanhadas de uma banda musical e de grande multidão”; a celebração teria produzido “As ideias sublimes do amor da religião e da pátria”, além de demonstrar “o espírito de ordem e de cordialidade da população itabunense” (*idem*).

Destaca-se, na notícia, um ritual que é paradigmático às comemorações cívicas: a sessão com os discursos sobre a data, o recital de poesias, as bandas de músicas executando os hinos e marchas, os símbolos que remetem à nacionalidade (estandartes, bandeirolas, as cores nas faixas amarradas aos braços das crianças) e o préstito que torna pública a ritualização e suas versões históricas. Na época, a missa era uma parte

incluída nesse tipo de festejo que lembra a análise feita sobre os vínculos entre religião e nacionalismo. Em Ilhéus, o culto católico também constava nos programas das festas. Todavia, em Itabuna, a igreja tinha um papel mais proeminente e a mescla entre religiosidade cristã e nacionalismo político era mais evidente. Na fonte em apreço, vemos que a missa é o primeiro espaço de encontro entre as escolas, as famílias e as autoridades, misturando-se a ação de graças pela data cívica e o rito católico. Outro indício dessa particularidade itabunense pode ser visto em 1922, durante o centenário da Independência. Com o fim de celebrar a efeméride, realiza-se uma missa onde se misturam a exaltação do acontecimento com ocasiões especificamente católicas: a primeira comunhão e o batismo (As festas..., 1922). Na descrição da matéria, escreve-se que, além das crianças, associações de trabalhadores e esportivas, estavam presentes “as escolas com as suas professoras”; no altar mor, “no centro da arcada, as bandeiras da Santa Sé e do Brasil” (ibid., p. 1). Deve-se ressaltar que essa associação entre a crença religiosa cristã e a crença política no nacionalismo terá, durante e após a década de 1920, uma longa duração que nos põe na posição de olhar para nosso presente com uma lente indagadora, observando a substituição de uma denominação religiosa por outra, a variar nos contextos, mas a permanência da ética cristã como uma plataforma incorporada ao ideal nacionalista conservador que discutimos. Percebe-se também a preocupação desses sujeitos em incorporar as crianças em escolarização e as docentes nestas ocasiões.

As contribuições da pesquisa de Patrícia Santos (2023) nos levam a considerar que esse tipo de festejo era incorporado às escolas como uma prática cotidiana que ia desde o ambiente interno até essa extrapolação para as ruas. Segundo a autora, se tomamos essas festas como ritos, “podemos concebê-las como elementos culturais e político-pedagógicos, não só pelos condicionamentos que suas estruturas apresentam, mas também pelo papel de simbolização que desempenham na vida social” (Santos, ibid, p. 20). Se falamos de condicionamentos, acreditamos poder enfatizar que a promoção dessas celebrações também visava a adaptação dos sujeitos aos modos de comportamento e a adesão a certos discursos, marcados por relações de poder, de modo a acostumá-los a um novo sistema de extração de sua capacidade máxima de trabalho (Foucault, 2021). No caso da participação

das escolas, essa adaptação e adesão eram atribuídas como elementos da função de ensinar os mais jovens, mas também se destinava a um processo que queria afetar os próprios docentes. Deste modo, pensamos ser plausível afirmar que as festas cívicas eram um lugar de enquadramento dos profissionais da educação, de modo a fazê-los subjetivar essas concepções de educação cívica e patriotismo.

Uma situação de encontro entre instituições e sujeitos de Ilhéus e Itabuna nos servirá para passar a outra questão que se imiscuía nessas ocasiões: a racialidade. Em 1918, após breve resumo dos acontecimentos históricos que teriam motivado o 07 de setembro, fala-se que a mocidade do Tiro 509 (Ilhéus), “fez um passeio a Itabuna, onde assistiu a oferta de uma bandeira ao Tiro 473, daquela cidade, pelo Comitê Femenino [sic] Pró-Pátria Itabunense” (A data..., 1918, p. 1). No mês seguinte, o tiro itabunense retribui a visita, desta vez para comemorar o 12 de outubro – data que lembrava a descoberta da América. A celebração previa missa, desfile dos corpos militares pela cidade e, às 12 horas, na Pensão Ideal, um almoço oferecido “[pelas] creanças de Ilheus (...) aos *escoteiros* de Itabuna, também creanças, que acompanham o 473” (A visita..., 1918, p. 1, grifo da fonte).

Em 1919, a reunião para celebrar o Descobrimento se repete, desta vez na data oficial proclamada pela legislação republicana para a ocorrência do festejo: 3 de maio. Com a reunião dos Tiros 473 e 509, em Ilhéus, executam-se missa, salva de tiros e desfile dos soldados; além de “palestra histórica” do dr. Soares Lopes, ligando “a influencia da mulher (...); da Religião (...); no patriotismo, no sentimento nacionalista” que culminavam na comemoração (Festividades, 1919a, p. 3). Diz-se que os soldados do Tiro 473, “Vinham a pé, vencendo, por sobre as dificuldades que offerece o leito da Estrada de Ferro, a distancia de 59 kilometros”, e prossegue: “traziam uma esquadra de *escoteiros*, corporação que lhes é anexa” – o jornal louva o feito adjetivando-o como “o maior *raid* de resistência que já se fez no Estado” (idem).

Vemos aqui o papel desempenhado pelas forças militares na exaltação do patriotismo como uma atitude a ser fomentada na juventude, através tanto das instituições próprias das forças armadas (como é o Tiro de Guerra), quanto de organizações da sociedade civil que integrassem um teor de treinamento e militarização da infância (como eram os *escoteiros*). A palestra histórica do dr. Soares Lopes nos mostra duas coisas: a importância da

história, como narração, para a difusão nacionalista; e, por outro lado, a aproximação entre os sentidos dados aos lugares discursivos patriotismo e nacionalismo, usados como termos quase intercambiáveis.

A relação do nacionalismo com a racialidade seguirá, na continuação do relato sobre a festa do descobrimento, e se mostrará na breve menção a uma polêmica. Ao esmiuçar a festa cívica, contada na edição anterior, o jornal, além de ressaltar a qualidade dos militares, avaliava que a ocasião servia de “incentivo para a nossa mocidade, que sabe sentir o verdadeiro amor da pátria, que tem o culto do civismo, o culto do Brasil forte, grande, unido, são, coeso” (Festividades, 1919b, p. 2). Ato contínuo, conta-se que, no quartel, onde se faria a sessão cívica, o dr. Ruy Penalva de Faria causa polêmica quando, saudando os moços do Tiro 473, “Começou sustentando a these, injustamente por muitos combatida da superioridade do typo brasileiro, originário do caldeamento de portugueses com as raças inferiores que eram os nossos autochtones e os africanos” (idem). A prova disso seria a capacidade dos rapazes itabunenses de vencer a longa caminhada de uma cidade a outra. O sargento Armando Hipolito, “o correcto instructor do 473”, replica a Ruy Penalva, atribuindo o êxito dos seus comandados ao sentimento de patriotismo que eles teriam, “diferentes dos que, porventura, a ella se submettessem, passivamente, por mero cumprimento de um dever” (Festividades, *op. cit.*, p. 2), ou seja, afastando o argumento que exaltava o tipo brasileiro a partir da mestiçagem.

Vejamos, pacientemente, os detalhes que emergem da fonte, conectando-os com processos sociais de fabricação das teorias raciais no bojo do nacionalismo. Na primeira citação, vemos, de novo, como “amor da pátria”, entendido como patriotismo, e “culto do civismo” são termos que se revezam para significar um sentimento político de lealdade e apego à nação. Em seguida, a partir da fala de Penalva, podemos notar que essas afirmações não se separavam do tratamento de um tipo humano que seria o definidor da nacionalidade. O “doutor” antecipa um ideal que será sustentado largamente, após a década de 1930, no Brasil: o “caldeamento” racial que teria produzido, em nosso país, um tipo superior: o mestiço. A afirmação positiva da mestiçagem será a base da teoria da democracia racial, amplamente difundida e escamoteadora do racismo vigente. Guimarães (2002) assevera que essa positivação dos grupos raciais não-brancos,

incluídos na definição do mestiço, convivia com uma realidade onde a existência autônoma desses grupos étnicos e racializados não era permitida, efetivamente.

Essa observação é relevante para que o discurso de Penalva não seja lido, de nenhuma forma, como uma espécie de defesa dos grupos étnicos que compõem as populações negra e indígena. Ao invés disso, trata-se de uma opção que já se delineava para as elites nacionais, durante aquele início de século XX, para lidar com um povo brasileiro que elas queriam branco, mas era, teimosamente, negro, indígena, mestiço, contrariamente ao ideal purificante eugênico; insistir, porém, em uma pureza racial poderia suscitar a exposição pública dos seus preconceitos, gerando conflitos e tensões que esses grupos dirigentes queriam evitar (Dávila, *op. cit.*). Como explica Nilma Lino Gomes (2021), o mito da democracia racial foi um dos muitos módulos utilizados para naturalizar o racismo, as profundas desigualdades e as violências cruéis implantadas nas relações sociais, conforme um padrão de colonialidade que tem sua vigência até os nossos dias.

Retornando ao documento, falta puxar um dos fios que nos levaram aos nossos caminhos: estamos falando da atitude do “correcto instructor” do tiro itabunense, Armando Hipolitho, ao dissipar as tentativas de qualquer menção à questão racial. Vejamos que ele o faz dizendo que o vigor demonstrado por seus pupilos era produto exclusivo da determinação provocada pelo sentimento de patriotismo, parecendo incomodado com as palavras de Penalva. Seu incômodo pode ser lido como uma atitude comum na sociedade estruturalmente racista – não mencionar a diversidade racial e evitar que qualquer atribuição dessa espécie seja feita. Negar a condição racial, subsumindo-a numa afirmação de patriotismo, parece ter sido a intencionalidade, na circunstância analisada. Recorda ainda a definição de nacionalismo trazida pelo jornal de Itabuna *A Época*, onde este era conceituado como princípio político e motivo de entusiasmo individual – sentido igual dado à ideia de patriotismo pelo soldado Hipolitho.

A situação ainda pode revelar os começos de uma mudança em curso no país, que pode ter sido geral: a transição da oposição racial aberta para a afirmação da miscigenação como um processo positivo (Guimarães, *op. cit.*). Ao mesmo passo, indica uma particularidade regional: se, em Ilhéus, no ano de 1919, um intelectual como Ruy Penalva já tocava no tipo mestiço como

caracteristicamente brasileiro; em 1922, em Itabuna, ainda se projetava o continente americano do futuro enquanto idealmente “ariano”, como vimos, anteriormente. As duas posições são, urge reiterar, faces diferentes de um mesmo racismo.

### **Considerações finais**

O nacionalismo parecia condenado ao ocaso, principalmente depois que fundamentou tantas tragédias como o nazismo e a ditadura militar brasileira; outrossim, por todas as violências cotidianas que ele, como discurso político, legitimou por uma rede de desigualdades no seio da economia capitalista. Mas, ele reaparece e seus modos de enunciação são, espantosamente, parecidos com os observáveis no início do século XX: a pátria, o patriotismo, os símbolos de civismo (hino nacional, bandeira, o gestual militar) e a retomada de versões históricas ultrapassadas, estereotipadas, com pouca variação documental e pouca densidade analítica que costumam reforçar o poderio das elites, pela justificação da sua ascendência sobre os outros grupos sociais.

Conheçamos algumas diferenças: ao chegar aos séculos XIX e XX, ensina Anderson (2008), o mundo ocidental havia experimentado mudanças culturais significativas que provocaram a dissolução de laços comunitários anteriores: a transformação da noção de tempo proporcionada pelas inovações tecnológicas e a derrubada dos Estados dinásticos. Deste modo, de fato, havia a necessidade de reconstrução dos laços políticos entre as coletividades. A nação de acepção burguesa era, porém, a única opção? Acreditamos que não. Portanto, cumpre enfatizar, que se a ideia se desenvolveu nesses moldes, tratou-se de uma **escolha** política das classes que ascendiam ao poder – seja o poder estrito dos governos, seja o poder difuso da intelectualidade.

A história como campo acadêmico se desenvolve para sustentar esses Estados Nacionais e lhe conferir alguma legitimidade, a substituir a narração da família nobiliárquica por uma narrativa de outro tipo. Narrativa heroica, romântica, sem conflitos e, por isso mesmo, afastada da realidade, já que o conflito é o que moveu as transformações sociais e o seu tratamento pela história é essencial a um exercício historiográfico competente (Carretero, *op.*

*cit.*). Temos, hoje, condições de reconhecer os erros e desvios dessa historiografia passada e apostar em alternativas melhor fundamentadas, mais próximas de como a história transcorreu, com a variedade de forças sociais que produziu e produz as culturas.

Essa descrição, através da historiografia, mostra que o movimento das pesquisas do campo deve ser incorporado às nossas análises (Ginzburg, *op. cit.*), nos permite ver uma característica que distingue ambos os nacionalismos que observamos. No passado, sua função era **preservar** as hierarquias estabelecidas através do valor da ordem. Hoje, quando a crítica e revisão da história, bem como a melhoria das condições de vida da população negra e pobre deram alguns passos, a mobilização desse discurso ideológico visa fazer **retroceder** o avanço das políticas sociais e afirmativas, mesmo que elas não tenham chegado a tocar as desigualdades e violências profundas (Gomes, *op. cit.*). Estamos falando então de movimentos nacionalistas parecidos, porém, diferentes em sua raiz.

Para se fazerem valer, esta é uma semelhança, tanto no presente quanto no passado, a manipulação da narrativa histórica e a propaganda midiática foram as estratégias principais. No passado, as categorias de patriotismo e civismo eram centrais, intercambiáveis entre si e podem, do ponto de vista da análise, ser remetidas ao nacionalismo. Que a historiografia, posteriormente, tenha escolhido distingui-los, é um movimento interessante. Indagamos se tal distinção (feita com um bisturi historiográfico da melhor qualidade, diga-se de passagem) não escorregou para o senso comum e permite, atualmente, que, na Bahia, por exemplo, um governo considerado progressista, ache bastante natural se opor ao discurso nacionalista, mas manter uma política pública educacional centrada no civismo como padrão de formação da juventude pobre? Quem sabe seja porque esse governo progressista faz, como alguns historiadores, e, separando as **expressões práticas** da ideologia da ocorrência da ideologia em si, acredita que o nacionalismo político nada tem a ver com o civismo?

Creemos que (como dizia um conhecido e bom historiador britânico) não podemos colocar o nosso objeto de pesquisa sobre uma mesa de cirurgia e cortar seus membros para encaixá-lo em nossas teorias. Ademais, vale perguntar: de onde veio esse movimento de distinguir tanto o nacionalismo dos seus componentes – patriotismo e civismo – a ponto de

não conseguirmos mais identificar esses vínculos e, então, desonerá-lo dessas outras enunciações?

Nossas fontes, acreditamos, mostram que essa partição, caso não seja equivocada, é, no mínimo, apressada. Urge pressioná-la para não continuarmos a alimentar contradições em nossos movimentos de crítica e contestação ao neoconservadorismo.

## Referências

13 DE MAIO. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 12, 12 de maio de 1901.

15 DE NOVEMBRO. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 60, 17 de novembro de 1901.

7 DE SETEMBRO. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 43, 08 de setembro de 1901.

A DATA da nossa Independência. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 321, 08 de setembro de 1918.

A DESCOBERTA da América. **Jornal de Itabuna**, Itabuna, n. 120, 12 de outubro de 1922.

A VISITA do 473. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 326, 12 de outubro de 1918.

AS FESTAS Eucharísticas. **Jornal de Itabuna**, Itabuna, n. 110, 03 de agosto de 1922.

BALIBAR, E. A forma nação: história e ideologia. In: BALIBAR, E.; WALLERNSTEIN, I. **Raça, nação, classe**: as identidades ambíguas. São Paulo: Boitempo, 2021, pp. 129-150.

CARRETERO, M. **Documentos de identidade**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARTA de Tabocas. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 118, 26 de junho de 1902.

CARTEADO, E. Relatório Geral apresentado pelo doutor delegado escolar ao coronel Intendente correspondente ao anno lectivo de 1921. **Correio de Ilhéos**, Ilhéus, n. 75, 23 de dezembro de 1921.

DÁVILA, J. Construindo o “homem brasileiro”. In: DÁVILA, J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006, pp. 47-93.

DESCOBRIMENTO do Brazil. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 9, 2 de maio de 1901.

DOIS de Julho. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 26, 02 de julho de 1901.

FESTAS escolares. **A Opinião**, Barra do Rio de Contas, n. 52, 15 de novembro de 1910. CEDOC/UESC.

FESTIVIDADES. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 354, 04 de maio de 1919a.

FESTIVIDADES. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 355, 11 de maio de 1919b.

FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Traduzida por Luiz Felipe Baeta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos: Estratégia Poder-Saber**. Editora Forense Universitária, v.4, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GUIMARÃES, A. S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GINZBURG, C. Nossas palavras e as deles: o ofício do historiador na atualidade. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 23, n. 42, pp. 7-26, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/61847>. Acesso: 19/11/2024.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, pp. 435-450, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991/25100>. Acesso: 10/03/2025.

ITABUNA. Festejos Cívicos e Religiosos. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 208, 14 de julho de 1916.

LIMA, C. C. R. As comemorações do Dois de Julho no Ginásio Baiano, do dr. Abílio César Borges. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité-BA, v. 6, n. 12, pp. 7-32, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/19141>. Acesso: 02/09/2024.

MANDAMENTOS Cívicos. **A Época**, Itabuna, n. 2, 13 de novembro de 1920.

NACIONALISMO. **A Época**, Itabuna, n. 29, 29 de agosto de 1920.

O PATRIOTISMO. Sua lição e disciplina. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 315, 28 de julho de 1918.

PARA AS crianças. **O Commercio**, Ilhéus, n. 107, 26 de junho de 1918.

SANTOS, C. B. S. Do sertão ao sul baiano: sociabilidade, circularidade e atuação do intelectual negro Deoclecio Silva (1889-1927). **Revista Brasileira de História da Educação**, [online], v. 22, pp. 1-26, 2022. Disponível em:

[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2238-00942022000100209&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2238-00942022000100209&lng=pt&nrm=iso). Acesso: 20/03/2024.

SANTOS, P. B. **No garbo de estudantes, na disciplina dos militares**: ritos e práticas educativas nas comemorações cívicas escolares no estado de Sergipe (1964-1985). Doutorado, UNIT, Aracaju, Brasil, 2023.

SILVA, M. ALMEIDA, C. B. de. Organizar o ensino, instruir e civilizar a nação: Debates político-educacionais na imprensa da Bahia. **Revista Pindorama**, v. 14, n. 1, p. 19, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/Pindorama/article/view/930>. Acesso: 05/05/2025.

SOUZA, R. F. **Alicerces da Pátria**: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

VALLE, L. **A escola e a nação**: as origens do projeto pedagógico brasileiro. São Paulo: Letras & Letras, 1997.

WINTHER, G. Cartas de Itabuna. **Correio de Ilhéus**, Ilhéus, n. 1293, 28 de janeiro de 1930.